



SOUZAEAD[®]

Revista Acadêmica Digital

ISSN 2595-5934



PERIODICIDADE
MENSAL

OUT
2026

EDIÇÃO
Nº102

IDIOMAS
PORTUGUÊS E INGLÊS

QUALIS B3



www.souzaeadrevistaacademica.com.br

**ESCOLA E SEXUALIDADE NOS DIAS ATUAIS: DESAFIOS, PERSPECTIVAS E
TRANSVERSALIDADE NO AMBIENTE EDUCACIONAL**
**SCHOOLS AND SEXUALITY TODAY: CHALLENGES, PERSPECTIVES, AND THE
CROSS-CURRICULAR APPROACH IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT**

DANIEL, Eduardo Dias¹

RESUMO

O presente artigo analisa os desafios, as possibilidades pedagógicas e a importância da transversalidade na abordagem da sexualidade no ambiente escolar contemporâneo. Parte-se do reconhecimento de que a sexualidade não se reduz aos aspectos anatômicos, fisiológicos ou reprodutivos, pois envolve dimensões afetivas, sociais, culturais, éticas, históricas e relacionadas aos direitos humanos. O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica qualitativa, com levantamento e análise de artigos científicos, livros, documentos normativos e materiais institucionais relacionados à educação sexual, formação docente, diversidade, saúde sexual e proteção de crianças e adolescentes. A revisão foi ampliada com publicações recentes, especialmente de 2020 a 2025, de modo a responder à necessidade de maior fundamentação teórica e atualização apontada na avaliação do trabalho. A literatura consultada evidencia que o silêncio institucional, a insuficiência da formação docente, os tabus e os conflitos sociopolíticos podem dificultar o diálogo pedagógico sobre sexualidade. Ao mesmo tempo, estudos recentes apontam possibilidades de formação continuada, uso de recursos pedagógicos, articulação entre escola e serviços de saúde e desenvolvimento de práticas interdisciplinares. Conclui-se que a escola pode contribuir para a formação integral dos estudantes quando trabalha o tema de forma científica, adequada à faixa etária, ética, acolhedora e articulada aos direitos, à prevenção das violências e à promoção da saúde.

Palavras-chave: Educação sexual. Escola contemporânea. Sexualidade. Formação docente. Transversalidade. Direitos humanos.

ABSTRACT

This article analyzes the challenges, pedagogical possibilities, and the importance of a cross-curricular approach to sexuality within the contemporary school environment. It begins with the recognition that sexuality is not limited to anatomical, physiological, or reproductive aspects; rather, it encompasses affective, social, cultural, ethical, and historical dimensions, as well as those related to human rights. The study was conducted through qualitative bibliographic research, involving the survey and analysis

¹ Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Goiás e Pós-Graduação em Ensino de Ciências Pelo Instituto Federal Goiano e Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica e pela Faculdade Souza. Email: eduardo.daniel@educa.go.gov.br

of scientific articles, books, regulatory documents, and institutional materials regarding sex education, teacher training, diversity, sexual health, and the protection of children and adolescents. The review was expanded to include recent publications—particularly from 2020 to 2025—to address the need for a stronger theoretical foundation and updated information identified during the work's evaluation. The literature indicates that institutional silence, inadequate teacher training, taboos, and sociopolitical conflicts can hinder pedagogical dialogue regarding sexuality. At the same time, recent studies highlight possibilities such as continuing education, the use of pedagogical resources, collaboration between schools and health services, and the development of interdisciplinary practices. The study concludes that schools can contribute to the holistic development of students by addressing the topic in a manner that is scientific, age-appropriate, ethical, and welcoming, while also being aligned with rights, violence prevention, and health promotion.

Keywords: Sex education. Contemporary school. Sexuality. Teacher training. Cross-curricular approach. Human rights.

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade constitui uma dimensão da experiência humana que se manifesta de diferentes maneiras ao longo da vida e que não pode ser compreendida apenas a partir do funcionamento biológico do corpo. No contexto educacional, sua abordagem envolve conhecimentos científicos, relações sociais, afetividade, prevenção de violências, respeito às diferenças e construção de atitudes responsáveis. Por essa razão, a escola ocupa posição relevante na mediação entre informações que circulam socialmente e conhecimentos sistematizados que permitem aos estudantes interpretar criticamente situações relacionadas ao corpo, à saúde, às relações e aos direitos.

A necessidade de ampliar essa discussão torna-se ainda mais evidente diante da circulação intensa de informações nas redes sociais e em diferentes ambientes digitais. Os adolescentes encontram conteúdos sobre sexualidade em vídeos, redes sociais, páginas de internet, aplicativos e conversas entre pares, mas a disponibilidade de informação não significa necessariamente acesso a conhecimento confiável. Santos et al. (2023), ao investigarem obstáculos ao diálogo entre escola e adolescentes, identificaram que muitos estudantes relatavam carência de discussões formais sobre sexualidade e reconheciam a presença de tabus, vergonha e

preconceito como barreiras ao diálogo. O estudo também mostrou que parte dos conhecimentos obtidos fora da escola pode não apresentar garantia de veracidade.

A escola, portanto, não deve competir com a família nem assumir funções que não lhe pertencem. Sua contribuição específica está na sistematização de conhecimentos, na promoção de espaços educativos seguros e na articulação entre ciência, cidadania e proteção integral. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e assegura proteção integral, respeito e dignidade, fundamentos que dialogam com a necessidade de ambientes educacionais livres de violência e constrangimento (BRASIL, 1990). A Lei nº 14.679/2023 também reforçou, no âmbito da formação dos profissionais da educação, a proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes e a atenção à identificação de situações de violência sexual (BRASIL, 2023).

No campo da saúde, a abordagem também encontra respaldo em políticas públicas. O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286/2007, integra as áreas de Saúde e Educação com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes. Entre as ações do programa estão a promoção da cultura de paz e dos direitos humanos, a prevenção das violências e a saúde sexual e reprodutiva, incluindo a prevenção do HIV e de outras infecções sexualmente transmissíveis (BRASIL, 2007; BRASIL, 2025). Assim, o debate sobre sexualidade pode ser inserido em ações intersetoriais sem perder sua natureza pedagógica.

Historicamente, entretanto, a sexualidade escolar foi frequentemente tratada por uma perspectiva limitada ao controle do corpo, à higiene, à reprodução ou à prevenção de doenças. Louro (1997; 2015) contribui para problematizar essa tradição ao discutir como gênero, corpo e sexualidade são atravessados por normas, discursos e práticas sociais. A escola não é neutra nesse processo: seus currículos, regras, linguagens, relações e silêncios participam da produção de sentidos sobre os sujeitos.

A literatura recente confirma que as dificuldades permanecem. Silva e Schwendler (2022), ao estudarem uma escola do campo, observaram iniciativas de enfrentamento de preconceitos e discriminações, mas também destacaram a quase ausência de formação específica dos educadores. Eliseu, Yared e Mendes (2022)

encontraram, entre professores do Ensino Fundamental II, dificuldades para abordar intencionalmente a educação sexual e relacionaram parte desse problema à insuficiência da formação inicial e continuada. Guarany e Cardoso (2022), em revisão da produção acadêmica brasileira, igualmente evidenciaram a relevância da formação de professores para a discussão de gênero e sexualidade.

Diante desse cenário, este trabalho procura aprofundar a compreensão dos desafios e das possibilidades da educação sexual na escola, evitando uma discussão restrita à apresentação de conteúdos em tópicos. A questão que orienta a investigação é: de que maneira a escola contemporânea pode abordar a sexualidade de forma científica, crítica, inclusiva e protetiva, considerando os desafios relacionados à formação docente, aos tabus sociais, às transformações tecnológicas e às políticas educacionais e de saúde?

1.1 Objetivo geral

Analisar os desafios e as perspectivas pedagógicas relacionadas à abordagem da sexualidade no cotidiano escolar contemporâneo, considerando a formação docente, a transversalidade curricular, a promoção da saúde e a proteção integral de crianças e adolescentes.

1.2 Objetivos específicos

Discutir a concepção ampliada de sexualidade e sua relação com o processo educativo.

Analisar desafios socioculturais, políticos e pedagógicos que interferem na abordagem da temática no ambiente escolar.

Identificar contribuições da literatura recente sobre formação docente e práticas pedagógicas em educação sexual.

Relacionar educação sexual, promoção da saúde, prevenção das violências e direitos de crianças e adolescentes.

Apontar possibilidades de abordagem transversal, interdisciplinar e adequada à faixa etária dos estudantes.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SEXUALIDADE COMO DIMENSÃO HUMANA E EDUCATIVA

Compreender a sexualidade no espaço escolar exige superar uma concepção que a reduza ao ato sexual, à reprodução ou à prevenção de infecções. A sexualidade integra experiências relacionadas ao corpo, aos afetos, aos vínculos, às identidades, aos valores, às relações de poder e às formas como cada sociedade organiza expectativas sobre homens, mulheres e diferentes modos de viver. Essa compreensão ampliada não significa transformar a escola em espaço de exposição da intimidade dos estudantes, mas reconhecer que dúvidas, preconceitos, situações de violência e informações sobre saúde fazem parte da realidade escolar e demandam mediação educativa.

Louro (1997) argumenta que gênero e sexualidade são atravessados por processos culturais e históricos. Nessa perspectiva, a escola participa da produção e reprodução de normas por meio de conteúdos explícitos e também de práticas cotidianas. A organização dos espaços, as formas de tratamento, os exemplos utilizados em sala, as expectativas de comportamento e as reações diante de situações de preconceito compõem um currículo que ultrapassa os conteúdos formais. Essa dimensão é frequentemente denominada currículo oculto.

A compreensão ampliada também permite aproximar a educação sexual da formação para a cidadania. Quando o estudante aprende a reconhecer limites corporais, respeitar diferenças, identificar situações abusivas, procurar ajuda e avaliar criticamente informações de saúde, desenvolve competências que ultrapassam o conhecimento biológico. O ECA estabelece que crianças e adolescentes possuem direito ao respeito, à dignidade, à opinião e à busca de auxílio e orientação, elementos que reforçam a importância de práticas educativas protetivas (BRASIL, 1990).

O Ministério da Saúde apresenta a saúde sexual como dimensão relacionada à vivência saudável da sexualidade, à prevenção de infecções, gestações não planejadas, coerção, violência e discriminação. Essa abordagem amplia a responsabilidade educativa e mostra que falar sobre sexualidade não significa apenas

tratar de relações sexuais, mas também de saúde, comunicação, respeito, prevenção e acesso a serviços (BRASIL, 2025).

2.2 A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROTEÇÃO, INFORMAÇÃO E DIÁLOGO

A escola constitui um espaço privilegiado para a circulação de conhecimentos científicos e para a construção de relações baseadas no respeito. Quando o estudante encontra um ambiente em que perguntas podem ser feitas sem ridicularização, o professor pode atuar como mediador do conhecimento e orientar a busca por fontes confiáveis. Essa função ganha importância em uma sociedade marcada pela velocidade de circulação de conteúdos digitais.

O estudo de Santos et al. (2023) é particularmente relevante para compreender essa questão. A pesquisa, realizada com estudantes do Ensino Médio, identificou que 64,2% dos participantes afirmaram que a escola não abordava assuntos relacionados à sexualidade. Os relatos indicaram obstáculos como preconceito, vergonha, medo de julgamentos e conservadorismo. Os autores defendem a necessidade de capacitação dos professores e de estratégias articuladas entre Educação e Saúde.

Os resultados desse estudo não devem ser generalizados automaticamente para todas as escolas brasileiras, pois se trata de uma investigação realizada em uma escola pública do interior do Ceará. Entretanto, eles oferecem evidências qualitativas e quantitativas úteis para pensar um problema mais amplo: a existência de estudantes que possuem dúvidas e procuram informações fora da escola enquanto os profissionais, por diferentes razões, nem sempre se sentem preparados para conduzir o diálogo.

A atuação escolar deve, contudo, respeitar limites éticos. Não cabe ao professor solicitar relatos íntimos, expor experiências pessoais dos estudantes ou transformar a aula em espaço de julgamento moral. A educação sexual escolar deve trabalhar conhecimentos e situações educativas gerais, preservar a privacidade e encaminhar casos que envolvam suspeita ou revelação de violência conforme os protocolos institucionais e a legislação. A proteção integral exige que profissionais da

educação estejam capacitados para reconhecer sinais de violência e acionar a rede de proteção quando necessário (BRASIL, 2023).

2.3 FORMAÇÃO DOCENTE: UM DESAFIO CENTRAL

A formação docente aparece de forma recorrente na literatura como uma das condições fundamentais para a qualidade da educação sexual. Professores podem reconhecer a importância do tema, mas ainda assim sentir insegurança diante de perguntas inesperadas, conflitos com famílias, divergências culturais ou situações envolvendo diversidade. A ausência de formação específica pode favorecer a reprodução de concepções baseadas apenas no senso comum.

Villa e Prado (2020) analisaram dois cursos de formação continuada sobre educação sexual para professoras da Educação Infantil e encontraram aproximações entre os temas trabalhados nos cursos e os direitos de aprendizagem previstos nas matrizes curriculares municipais. Ao mesmo tempo, os autores identificaram limitações nos registros de avaliação, o que dificultava mensurar de modo mais amplo as contribuições da formação. O estudo demonstra que oferecer formação é importante, mas também é necessário acompanhar seus resultados e relacioná-los ao cotidiano profissional.

Eliseu, Yared e Mendes (2022) também identificaram falta de preparo de docentes do Ensino Fundamental II para abordar intencionalmente saúde sexual e sexualidade. O trabalho aponta que a temática permanecia muitas vezes associada ao currículo oculto, isto é, aparecia de maneira não planejada, em situações espontâneas, em vez de integrar uma proposta pedagógica organizada. Essa constatação reforça a necessidade de planejamento e formação continuada.

Guarany e Cardoso (2022), ao analisarem a produção acadêmica brasileira sobre formação de professores, gênero e sexualidade, mostram que a formação docente é um campo recorrente de investigação. A contribuição dessa revisão está em evidenciar que o problema não se limita à falta de interesse individual do professor. Trata-se também de uma questão institucional, curricular e política, relacionada às

oportunidades de formação e às condições oferecidas para que o profissional desenvolva práticas fundamentadas.

Sasso e França (2022) apresentam uma possibilidade concreta ao discutir uma proposta de formação continuada em rede com uso de WebQuest. A contribuição do estudo é mostrar que a formação pode utilizar recursos digitais para favorecer investigação, discussão coletiva e aproximação entre políticas públicas e práticas docentes. Em um cenário no qual professores e estudantes já convivem intensamente com tecnologias digitais, tais recursos podem ser incorporados de maneira crítica e orientada.

2.4 TABUS, CONSERVADORISMO E DISPUTAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL

A abordagem da sexualidade nas escolas brasileiras ocorre em meio a disputas de sentidos sobre o papel da instituição escolar, da família e das políticas públicas. O problema não se resume à existência de opiniões diferentes; ele se torna pedagógico quando o conflito impede o acesso dos estudantes a conhecimentos necessários para a saúde, a proteção e o exercício da cidadania.

Castro e Coura (2022) analisam discursos relacionados ao movimento Escola sem Partido e às questões de gênero e sexualidade, mostrando como diferentes narrativas sobre escola, família e juventude podem entrar em tensão. O estudo destaca que estudantes podem produzir sentidos próprios sobre essas questões, inclusive em descontinuidade com discursos políticos e morais presentes em seu entorno. Essa contribuição ajuda a compreender que os estudantes não são receptores passivos de discursos, mas sujeitos que interpretam e negociam significados.

A literatura também chama atenção para o risco de que o silêncio seja confundido com neutralidade. Quando a escola deixa de discutir determinado assunto por considerá-lo controverso, o tema não desaparece da vida dos estudantes. Ele continua presente nas redes sociais, na cultura, nas relações entre pares e nas experiências familiares. O silêncio institucional pode, portanto, produzir uma lacuna que será preenchida por outras fontes, nem sempre confiáveis.

Isso não significa que a escola deva ignorar a diversidade de valores das famílias. Pelo contrário, uma prática pedagógica responsável deve estabelecer comunicação transparente, explicar objetivos e conteúdos, respeitar diferenças culturais e religiosas e deixar claro que a finalidade da escola é educativa, científica e protetiva. O diálogo com as famílias pode reduzir mal-entendidos e favorecer uma compreensão compartilhada das responsabilidades de cada instituição.

2.5 SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E ENFRENTAMENTO DAS DISCRIMINAÇÕES

A discussão sobre sexualidade também envolve a maneira como diferenças e desigualdades são vivenciadas no cotidiano escolar. Piadas, apelidos, exclusões e agressões relacionadas a gênero, orientação sexual, aparência corporal ou formas de expressão podem produzir sofrimento e comprometer a permanência e a aprendizagem. Por isso, o combate às discriminações precisa fazer parte de uma cultura escolar baseada no respeito.

Silva e Schwendler (2022), em estudo realizado no contexto de uma escola do campo, demonstraram que práticas pedagógicas podem contribuir para superar preconceitos e dar visibilidade à diversidade, embora a formação de educadores ainda seja insuficiente. O estudo é importante para o presente trabalho porque mostra que as estratégias precisam considerar o contexto sociocultural de cada escola e não podem ser simplesmente transferidas de um ambiente para outro.

Macedo et al. (2024) relatam a experiência do Programa de Gênero e Sexualidade da Escola de Aplicação da FEUSP e a produção de vídeos destinados à formação e divulgação científica. O trabalho evidencia a possibilidade de utilizar diferentes linguagens para apoiar professores e estudantes. Recursos audiovisuais podem facilitar a discussão de conceitos, estimular perguntas e ampliar o acesso a informações qualificadas, desde que sejam selecionados de maneira crítica e articulados ao planejamento pedagógico.

A produção de um ambiente inclusivo também exige atenção à linguagem. O professor deve evitar expressões que reforcem estereótipos e deve intervir diante de manifestações discriminatórias. A finalidade não é impor respostas pessoais sobre a

vida privada dos estudantes, mas assegurar que a convivência escolar respeite a dignidade de todos e que o conhecimento científico seja apresentado de forma responsável.

2.6 EDUCAÇÃO SEXUAL E PROMOÇÃO DA SAÚDE

A relação entre educação sexual e saúde é uma das dimensões mais consolidadas das políticas públicas. O Programa Saúde na Escola possui, entre suas ações, a saúde sexual e reprodutiva e a prevenção do HIV e das IST. O Ministério da Saúde também destaca educação em saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de infecções e atendimento às pessoas vítimas de violência sexual como componentes da atenção à saúde sexual e reprodutiva (BRASIL, 2025).

A presença da temática no PSE demonstra que a escola pode articular ações pedagógicas e de saúde sem transformar a aula em consulta médica. A atuação intersetorial permite que conteúdos educativos sejam complementados pela rede de saúde quando houver necessidade de atendimento, orientação individual ou acesso a serviços. O próprio PSE é definido como estratégia de integração entre Saúde e Educação para o desenvolvimento da cidadania e da formação integral (BRASIL, 2025).

Essa articulação é especialmente relevante na adolescência, período marcado por transformações corporais, emocionais e sociais. O professor pode trabalhar conceitos de anatomia e fisiologia, prevenção de IST, vacinação, gravidez e planejamento reprodutivo, consentimento, respeito e busca de ajuda, sempre considerando a faixa etária e as orientações curriculares. Quando a situação exigir atendimento específico, a escola deve acionar os profissionais e serviços competentes.

A literatura também mostra que o acesso à informação não elimina automaticamente comportamentos de risco. Por isso, educação sexual não deve ser reduzida à transmissão de dados. É necessário criar oportunidades para que os estudantes desenvolvam capacidade de analisar informações, reconhecer situações

de risco, tomar decisões responsáveis e procurar ajuda. Essa dimensão educativa aproxima a sexualidade da promoção da autonomia e da cidadania.

2.7 SEXUALIDADE, INTERNET E EDUCAÇÃO PARA O USO CRÍTICO DAS INFORMAÇÕES

A presença da internet modifica as formas de acesso à informação sobre sexualidade. Conteúdos produzidos por profissionais, instituições científicas e órgãos públicos convivem com informações incompletas, opiniões pessoais, publicidade, estereótipos e conteúdos que podem ser inadequados para determinadas idades. Nesse cenário, a escola precisa desenvolver letramento científico e digital, ensinando os estudantes a avaliar autoria, finalidade, evidências e confiabilidade das fontes.

Santos et al. (2023) observaram que estudantes relatavam aquisição de conhecimentos sobre sexualidade na internet, mas destacaram que essa origem não garante a veracidade das informações. O problema não está no uso da internet em si, mas na ausência de critérios para avaliar o que é encontrado. Uma estratégia pedagógica possível é comparar materiais de diferentes fontes e identificar quais apresentam autoria institucional, referências, data de atualização e informações verificáveis.

Macedo et al. (2024) demonstram que recursos audiovisuais podem ser utilizados também para formação docente e divulgação científica. Essa experiência reforça a ideia de que a escola pode utilizar as mesmas linguagens digitais que fazem parte do cotidiano dos estudantes, mas com objetivos educativos claros. O recurso tecnológico deve estar subordinado ao objetivo pedagógico, e não substituir a mediação do professor.

2.8 TRANSVERSALIDADE E INTERDISCIPLINARIDADE

A sexualidade não precisa ser tratada como um conteúdo isolado de uma única disciplina. A transversalidade permite que diferentes componentes curriculares abordem dimensões específicas do tema, respeitando seus objetos de conhecimento. Em Ciências e Biologia, podem ser discutidos anatomia, fisiologia, puberdade,

reprodução, IST, vacinação e saúde. Em História e Sociologia, podem ser analisadas mudanças sociais, relações de gênero, direitos e transformações familiares. Em Língua Portuguesa, podem ser examinados discursos midiáticos e estratégias de argumentação. Em Artes e Educação Física, podem ser trabalhadas questões de corpo, expressão, autoimagem, respeito e convivência.

A interdisciplinaridade, contudo, exige planejamento. Não basta inserir uma atividade sobre sexualidade em várias disciplinas de maneira desconectada. É necessário definir objetivos comuns, selecionar conceitos adequados e estabelecer relações entre conhecimentos. A proposta de formação apresentada por Sasso e França (2022) é pertinente nesse ponto ao discutir formação em rede e uso de recursos digitais para aproximar políticas e práticas.

A abordagem interdisciplinar também pode contribuir para diminuir a percepção de que a sexualidade é assunto exclusivo do professor de Ciências ou Biologia. A pesquisa de Santos et al. (2023) aponta justamente a necessidade de ampliar o diálogo para além de um único componente curricular. Isso não significa que todos os professores devam abordar todos os conteúdos, mas que a escola precisa construir responsabilidades pedagógicas compartilhadas.

2.9 ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS POSSÍVEIS

Uma educação sexual consistente pode utilizar diferentes estratégias, desde que sejam adequadas à faixa etária e aos objetivos curriculares. A aula expositiva dialogada pode ser utilizada para organizar conceitos científicos; estudos de caso podem estimular a análise de situações relacionadas a preconceito, pressão de pares e prevenção; debates mediados podem desenvolver argumentação e respeito; análise de campanhas públicas pode trabalhar comunicação e saúde; vídeos educativos podem introduzir temas e provocar perguntas; e projetos interdisciplinares podem relacionar saúde, cidadania e direitos.

A utilização de perguntas anônimas é outra possibilidade para situações em que os estudantes tenham vergonha de falar publicamente. O professor pode recolher perguntas, selecionar aquelas adequadas ao objetivo da aula e responder com base

em fontes confiáveis. Essa estratégia preserva a privacidade e permite identificar dúvidas recorrentes da turma. É importante, porém, evitar que a atividade seja usada para expor estudantes ou solicitar relatos pessoais.

Também podem ser organizadas atividades de leitura crítica de notícias e publicações de redes sociais. Nessa proposta, os estudantes analisam a fonte, identificam afirmações sem evidências, verificam referências e comparam a informação com páginas de órgãos públicos ou artigos científicos. Dessa forma, a educação sexual se articula ao desenvolvimento do pensamento crítico e do letramento científico.

Outra possibilidade é a formação de parcerias com profissionais da saúde. Palestras e rodas de conversa podem complementar o trabalho pedagógico quando houver planejamento, objetivos definidos e mediação da escola. A presença de profissionais externos não deve substituir o professor nem transformar a ação em evento isolado. O PSE fornece uma base institucional para ações intersetoriais entre Educação e Saúde (BRASIL, 2007; BRASIL, 2025).

3 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e finalidade exploratório-descritiva. A escolha desse percurso metodológico decorre do objetivo de analisar produções acadêmicas e documentos institucionais sobre educação sexual, sexualidade, gênero, formação docente, saúde sexual, direitos e práticas pedagógicas. A pesquisa bibliográfica permite reunir e interpretar conhecimentos já produzidos, possibilitando a construção de uma síntese crítica do tema.

A busca bibliográfica foi realizada por meio de páginas de periódicos científicos, bases de acesso acadêmico e sites institucionais. Foram utilizados como descritores principais: “educação sexual”, “sexualidade na escola”, “gênero e sexualidade”, “formação docente”, “saúde sexual”, “transversalidade” e “educação básica”. Também

foram conferidos os links fornecidos na avaliação do trabalho, priorizando as páginas oficiais dos periódicos e instituições responsáveis pelas publicações.

Como critérios de inclusão, foram considerados artigos científicos, livros, documentos normativos e materiais institucionais relacionados ao contexto educacional brasileiro e à discussão da sexualidade em espaços escolares. Foi dada prioridade a publicações recentes, especialmente entre 2020 e 2025, sem excluir obras clássicas necessárias à fundamentação conceitual, como Louro. Foram excluídas referências cuja autoria, título ou localização não pudessem ser confirmados com segurança.

A análise foi organizada por leitura temática e interpretativa. As publicações foram agrupadas em eixos relacionados à concepção de sexualidade, papel da escola, formação docente, desafios sociopolíticos, saúde, diversidade, tecnologias digitais e estratégias pedagógicas. Posteriormente, os achados foram comparados entre si para identificar convergências, limites e contribuições para a questão de pesquisa.

Como procedimento de controle das referências, foi realizada a conferência cruzada entre citações no corpo do trabalho e a lista final. Dessa forma, as obras efetivamente utilizadas aparecem nas referências, e as referências selecionadas possuem correspondência no texto. Também foram acrescentados links para consulta e conferência, conforme solicitado na avaliação.

4 DISCUSSÃO

A discussão dos estudos analisados demonstra que o desafio central não é simplesmente decidir se a escola deve ou não falar sobre sexualidade. A questão mais produtiva é definir como, em que condições, com quais objetivos e mediante quais fundamentos a temática pode ser trabalhada. As pesquisas de Silva e Schwendler (2022), Eliseu, Yared e Mendes (2022) e Santos et al. (2023) convergem ao evidenciar obstáculos relacionados à formação, ao silêncio institucional, ao preconceito e aos tabus.

Ao mesmo tempo, os estudos apresentam possibilidades de enfrentamento. Sasso e França (2022) discutem formação continuada em rede; Macedo et al. (2024) apresentam uma experiência de produção de materiais audiovisuais; Villa e Prado (2020) analisam cursos de formação continuada; e Martins, Barbosa e Defani (2024) discutem a abordagem da educação sexual no ensino básico a partir de revisão e relato de experiência. Em conjunto, essas produções indicam que a educação sexual pode ser planejada de maneira pedagógica e interdisciplinar, sem depender apenas de ações pontuais.

Os documentos oficiais complementam esse quadro ao estabelecer responsabilidades de proteção e promoção da saúde. O PSE inclui explicitamente saúde sexual e reprodutiva e prevenção de HIV/IST entre suas ações. O ECA assegura proteção integral, dignidade e respeito. A Lei nº 14.679/2023 reforça a importância da formação dos profissionais da educação para a proteção de crianças e adolescentes e para a identificação de violências. Esses elementos dão sustentação institucional à discussão e ajudam a situar a educação sexual dentro de uma perspectiva mais ampla de direitos e saúde.

A discussão também evidencia uma tensão que precisa ser tratada com cuidado: a diferença entre educação sexual e exposição da intimidade. Uma proposta escolar responsável não busca conhecer a vida sexual dos estudantes, mas oferecer conhecimentos e desenvolver capacidades de proteção, respeito, prevenção e tomada de decisões. A preservação da privacidade é, portanto, condição da prática pedagógica.

Outro aspecto importante é a adequação à idade. Educação sexual não significa apresentar os mesmos conteúdos para todas as faixas etárias. Os temas e as linguagens devem acompanhar o desenvolvimento dos estudantes e os objetivos curriculares. Em etapas iniciais, podem predominar conhecimentos sobre corpo, autocuidado, privacidade, respeito e identificação de situações inadequadas; em etapas posteriores, podem ser aprofundadas questões de puberdade, reprodução, IST, contracepção, consentimento, relações, diversidade, saúde e cidadania.

Dessa forma, a contribuição da escola está em construir progressivamente conhecimentos e atitudes. A continuidade é mais consistente do que ações isoladas em campanhas ou semanas temáticas. Uma abordagem transversal permite que o estudante encontre diferentes oportunidades para compreender o tema, relacionando saúde, ciência, cultura, direitos e convivência.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada permite concluir que a sexualidade é uma dimensão relevante da formação humana e que sua presença no ambiente escolar precisa ser tratada de maneira responsável, científica, ética e adequada ao desenvolvimento dos estudantes. A revisão ampliada demonstrou que os desafios apontados na versão inicial do trabalho são sustentados por estudos nacionais, especialmente no que se refere à formação docente, ao silêncio institucional, aos tabus e à necessidade de articulação entre educação e saúde.

Os estudos analisados também demonstram que a escola possui possibilidades concretas de intervenção. A formação continuada, o planejamento pedagógico, a utilização crítica de recursos digitais, as práticas interdisciplinares, as rodas de conversa, a análise de informações e a parceria com profissionais de saúde podem contribuir para qualificar o trabalho. Entretanto, nenhuma dessas estratégias deve ser aplicada de forma improvisada. É necessário considerar o contexto da escola, a faixa etária dos estudantes, as normas institucionais e os princípios de proteção integral.

A abordagem da sexualidade também precisa estar relacionada à prevenção das violências e ao fortalecimento da capacidade dos estudantes de reconhecer situações de risco e buscar ajuda. Nesse sentido, a educação sexual não deve ser confundida com incentivo à prática sexual. Seu propósito pedagógico é favorecer conhecimento, responsabilidade, respeito, autonomia e acesso a informações confiáveis.

A literatura recente reforça ainda que a formação dos professores é uma condição estratégica. Sem apoio institucional e sem oportunidades de estudo, o profissional pode permanecer inseguro e limitar a abordagem a conteúdos biológicos ou evitar o assunto. Investir na formação continuada, portanto, não representa apenas aperfeiçoamento individual, mas uma ação de qualidade da política educacional.

Conclui-se, finalmente, que uma escola preparada para abordar sexualidade é aquela que reconhece a complexidade do tema sem abandonar sua função educativa. Isso implica acolher dúvidas, combater discriminações, trabalhar conhecimentos científicos, preservar a privacidade, dialogar com as famílias e articular-se com a rede de saúde e proteção. A transversalidade, quando planejada, permite que a temática seja integrada à formação integral e não permaneça restrita a intervenções pontuais.

Como limite deste estudo, destaca-se seu caráter bibliográfico, que não permite afirmar como uma escola específica implementa ou vivencia a educação sexual. Pesquisas futuras poderão realizar entrevistas com professores, estudantes e gestores, observar práticas pedagógicas e analisar experiências de formação continuada. Estudos dessa natureza poderão complementar a revisão aqui apresentada e produzir evidências sobre estratégias mais adequadas aos diferentes contextos escolares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.679, de 18 de setembro de 2023. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14679.htm. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é o Programa Saúde na Escola (PSE)? Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse/faq/o-que-e-o-programa>. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Quais são as ações do PSE? Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse/faq/quais-sao-as-acoes-do>. Acesso em: 11 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e reprodutiva. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-mulher/saude-sexual-e-reprodutiva>. Acesso em: 11 ago. 2026.

CASTRO, Roney Polato de; COURA, Ana Carolina Mercês. Em tempos de conservadorismo: pensar relações entre o “escola sem partido” e as questões de gênero e sexualidade nas escolas. Horizontes, v. 40, n. 1, e022026, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1320>. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1320>. Acesso em: 11 ago. 2026.

ELISEU, Murilo Martins; YARED, Yalin Brizola; MENDES, Patrícia de Oliveira e Silva Pereira. Reflexões sobre saúde sexual e sexualidade: abordagens práticas e a compreensão de professores do ensino fundamental II. Horizontes, v. 40, n. 1, e022025, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1319>. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1319>. Acesso em: 11 ago. 2026.

GUARANY, Ana Lúcia Alves; CARDOSO, Livia de Rezende. Formação de professores, gênero e sexualidade na produção acadêmica brasileira. Acta Scientiarum. Education, v. 44, e55263, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v44i1.55263>. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/55263>. Acesso em: 11 ago. 2026.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACEDO, Renata Guedes Mourão et al. Gênero e sexualidade em tela: o projeto da Escola de Aplicação da FEUSP e a experiência de produção de vídeos. Diversidade

e Educação, v. 12, n. 1, p. 1374-1386, 2024. DOI:
<https://doi.org/10.14295/de.v12i1.16952>. Disponível em:
<https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/16952>. Acesso em: 11 ago. 2026.

MARTINS, I. P.; BARBOSA, C. P.; DEFANI, M. A. A abordagem da educação sexual no ensino básico: uma revisão e relato de experiência. Arquivos do Mudi, v. 28, n. 3, p. 61-68, 2024. Disponível em:
<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ArqMudi/article/view/73392>. Acesso em: 11 ago. 2026.

PEREIRA, Angelita Carmo et al. A escola e a sexualidade infantil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 9, p. 1094-1104, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i9.6942>. Disponível em:
<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6942>. Acesso em: 11 ago. 2026.

RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira. Sexualidade, ética e feminismos – velhos e novos dilemas. Horizontes, v. 40, n. 1, e022028, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1324>. Disponível em:
<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1324>. Acesso em: 11 ago. 2026.

SANTOS, Adriana Kelly; FARIAS, Iaralyz Fernandes. “Sexuality and HIV prevention” at stake: dialogues between adolescents at a public school in Rio de Janeiro, Brazil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 30, n. 11, e14002025, 2025. DOI:
<https://doi.org/10.1590/1413-812320253011.14002025>. Disponível em:
<https://www.scielo.org/article/csc/2025.v30n11/e14002025/pt/>. Acesso em: 11 ago. 2026.

SANTOS, Bruna Kalline Carneiro; PAULA, Francisco Wagner de Sousa; NOGUEIRA, Arlindo Pereira; PAULA, Leidiane de Sousa. Obstáculos para a dialogicidade entre a escola e os adolescentes sobre sexualidade. Revista Educação Pública, v. 23, n. 9, 2023. Disponível em:
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/23/9/obstaculos-para-a-dialogicidade-entre-a-escola-e-os-adolescentes-sobre-sexualidade>. Acesso em: 11 ago. 2026.

SASSO, Andrea Geraldi; FRANÇA, Fabiane Freire. Políticas públicas de gêneros e sexualidades: proposta de formação continuada docente em rede com o uso da WebQuest. Horizontes, v. 40, n. 1, e022031, 2022. DOI:
<https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1330>. Disponível em:
<https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1330>. Acesso em: 11 ago. 2026.

SILVA, Luciane Olegario da; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Gênero e sexualidade na escola do campo: desafios e possibilidades da prática docente. Horizontes, v. 40, n. 1, e022035, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1349>. Disponível

em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1349>. Acesso em: 11 ago. 2026.

VILLA, Thaís; PRADO, Vagner Matias do. Formação continuada em educação sexual para docentes de Educação Infantil. Revista Cocar, v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3502>. Acesso em: 11 ago. 2026.